

O (NÃO) LUGAR DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE O EMPREGO DA HISTORICIDADE E DA NARRATIVA NO TRABALHO DO HISTORIADOR

Jeremyas Machado Silva¹
Ronaldo Bernardino Colvero²
Tiara Cristiana Pimentel do Santos³

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise sobre o emprego da historicidade e da narrativa no trabalho do historiador. De tal modo, investiga-se a relação dos conceitos apresentados nas explanações sobre os acontecimentos históricos. A metodologia empregada balizou-se pela apreciação científica de natureza teórica e investigação bibliográfica a fim de explorar os conceitos pertinentes à teoria da história. Acredita-se que este estudo é de todo importante para o ofício do historiador em tempos que a narrativa se confunde com a historicidade.

Palavras-chave: teoria da história – historicidade – narrativa.

RESUMEN: Este artículo presenta un análisis sobre el empleo de la historicidad y la narrativa en el trabajo del historiador. De tal modo, se investiga la relación de los conceptos presentados en las explicaciones sobre los acontecimientos históricos. La metodología empleada se balizó por la apreciación científica de naturaleza teórica y investigación bibliográfica a fin de explorar los conceptos pertinentes a la teoría de la historia. Se cree que este estudio es de todo importante para el oficio del historiador en tiempos que la narrativa se confunde con la historicidad.

Palabras clave: teoría de la historia - historicidad - narrativa.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio exhibe uma análise sobre o emprego da historicidade e da narrativa no ofício do historiador. A metodologia empregada balizou-se pela apreciação científica de natureza teórica e investigação bibliográfica a fim de explorar os conceitos pertinentes à teoria da história. Considerando-se que atualmente, em excesso, a narrativa se confunde com a historicidade, discute-se sobre o problema do historiador ao deparar-se com a historiografia.

De acordo com Malerba, “o estabelecimento de um conceito operacional de ‘historiografia’ requer uma reflexão, breve que seja sobre as dubiedades que marcam o próprio conceito de ‘história’.” (MALERBA, 2006, p. 17). Assim sendo, o objetivo

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Área de concentração: História, Região e Fronteira. Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: jeremyass@gmail.com

² Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Área de concentração: História, Região e Fronteira. Professor adjunto na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja – RS. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

³ Licenciada em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. E-mail: tiaracpds@gmail.com

deste trabalho é perceber a importância da historiografia como espaço de representação da historicidade e da narrativa. Conforme Callinicos, a história é “(1) a totalidade das ações humanas passadas e (2) a narrativa ou o relato que delas construímos hoje, ou seja, a historiografia”. (CALLINICOS apud MALERBA, 2006, p. 18). Neste sentido, a historiografia deve ser compromissada com a historicidade sem perder sua própria subjetividade.

Para fundamentar esta reflexão apresentam-se como “base teórica” os seguintes autores: Alex Callinicos, Jacques Le Goff, Hayden White, Jacques Rancière e Jurandir Malerba. Assim, discute-se a relação entre historicidade e narrativa e a concepção de consciência histórica através da historiografia.

Assim como a consciência permite aos indivíduos uma melhor concepção ou compreensão do seu mundo interior a consciência histórica permite o reconhecimento ou compreensão do seu mundo exterior. Portanto, a consciência consente a contextualização dos fenômenos históricos.

1- O EMPREGO DA HISTORICIDADE E DA NARRATIVA NA TOMADA DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

“Zeus persiste na sua promessa a Tétis e envia um sonho enganoso a Agamémnome de que este conquistaria Troia. Agamémnome faz um teste com seus homens e os manda voltar para casa. Atena, enviada por Hera, inspira Odisseu a incitar os homens junto a Nestor para que eles se preparem para a batalha.” (HOMERO, 2015, p. 73).

Sempre foi delicada a relação entre narrativa e historicidade. Ainda que, discuta-se a primeira imersa no status de narrativa histórica, ela permanece como uma exposição subjetivada dos fatos. De tal modo, percebe-se a complexidade da história enquanto ciência e o papel do historiador ao confrontar em seu trabalho acadêmico a análise das fontes documentais - vestígios dos fatos e as narrativas estabelecidas ou a estabelecerem-se sobre as fontes. Por outro lado, a historicidade é o conjunto de fatores que edificam a história de maneira autêntica, porém, não menos complexa ou alheia aos padrões culturais.

A verificação pretendida neste ensaio é sobre a própria definição da história e seus limites com a ficção. O material da construção historiadora ou, em outra análise, a historicidade, deveria estar resguardado das fábulas de opinião e dos artifícios dos literatos. No entanto, como bem destacou Rancière, o material não é nada sem a

arquitetura. (RANCIÈRE, 2014). Difícil é medir o fato histórico com a narrativa histórica. Um problema para o historiador.

O papel da deusa Atena na Guerra de Tróia narrado no poema épico de Homero ou ainda, a cólera de Aquiles entendida como a temática central da *Ilíada* consente uma constatação histórica sobre a antiga cultura grega, porquanto, nota-se o papel intervencionista dos deuses nos problemas políticos da Hélade. Homero narra o mito, no entanto, documenta a cultura dos antigos gregos.

“Vós todos, deuses do Olimpo, jamais podereis demover-me, tal o vigor de meus braços invictos, e tal minha força. Ambas teríeis primeiro, sentido tremer-vos os membros, antes de haverdes a guerra enxergado e seus duros trabalhos. Ora vos quero dizer o que, certo, cumprir haveria; pelo meu raio atingidas, jamais voltaríeis de carro para o alto Olimpo, onde a sede se encontra dos deuses eternos.”

A essas palavras, as deusas morderam os lábios com força. Juntas se achavam, planejando a extinção dos guerreiros Troianos. Palas Atena calada ficou, sem dizer coisa alguma.

[*Ilíada*, III, 450]

Sabe-se que os cantos da *Ilíada* eram incorporados ao imaginário. Conforme Funari, a própria deusa Atena intercedeu pelos gregos, aparecendo como se fosse o irmão de Heitor e persuadindo-o a lutar com Aquiles, dizendo que estaria ali para ajudá-lo. Movido pela ilusão da deusa, Heitor aceitou o combate. Aquiles investiu sua lança contra Heitor, que se abaixou e evitou ser atingido. Em seguida, Heitor arremessou sua lança, atingindo o escudo de Aquiles. Atena deu a Aquiles outra lança, contudo, Heitor não teve a mesma sorte ao chamar pelo irmão que não apareceu para lhe alcançar outra lança para combater. Assim, voltou-se contra Aquiles com sua espada, mas Aquiles conseguiu mata-lo, levando seu corpo para o acampamento grego. (FUNARI, 2013).

A convivência (des) harmoniosa entre homens e deuses e suas implicações na guerra estabeleceu-se através da narrativa atribuída a Homero. Neste caso, o ponto de partida de qualquer análise histórica é a narrativa, não a historicidade. Ao contrário, o problema da História sem historicidade decorre da fabricação dos fatos ou da evocação de um passado que inexistiu, somente para instituir-se uma pérvida representação do passado e legitimar-se, no presente, uma determinada conjuntura político-econômica.

Conforme Silva: “Por isso importa observar que quando se fabrica uma representação pode-se estar intencionalmente excluindo-se determinadas culturas ou fatores históricos relevantes”. (SILVA, 2018, p. 113). Em outras palavras, a interpretação dos fatos históricos pode contravir a realidade ou a narrativa histórica que perpassa os documentos consistindo-se em historiografia. Contudo, “não há dúvidas de que a historiografia é uma representação do passado”. (MALERBA, 2006, p. 19).

Para exemplificar-se esta questão, apresentam-se dois recortes de obras que versam sobre a Guerra do Paraguai. O primeiro, subtraído do diário de guerra do próprio Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras no Paraguai e o segundo da obra “*Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870*” do historiador, jornalista e político paraguaio, Efraím Cardozo. Observam-se as seguintes inserções I e II:

Quatro anos tinham decorrido depois que, em 1864, o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, aprisionara à falsa fé no porto de Assunção o vapor *Marquês de Olinda* e assim atraía sobre si as justas iras do Brasil, odiosamente agredido; quando ao cabo desse longo período de esforços contínuos por parte das forças do Brasil e de seus aliados, um general distinto pela inteligência pouco comum, pela importância heroica feita à pátria durante sua longa carreira: excelentíssimo senhor Duque de Caxias conseguira, não sem cruéis sacrifícios de sangue, desbaratar inteiramente o Exército com que López procurara cobrir a sua capital e, assim, conduzir a Assunção nossas legiões vitoriosas. (DIÁRIO DO CONDE D’EU, 2017, p.61).

Em 1864, o Império do Brasil influenciava na política da República Oriental do Uruguai e desmantelará o governo do Partido Nacional ou *Partido Blanco*. Como contraponto, em 11 de novembro de 1864, o vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, que levava o presidente da Província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, foi detido na cidade de Assunção – Paraguai conforme as ordens do *Mariscal López*. O governo do Paraguai tinha uma posição contrária à intervenção do Império no Uruguai. “Solano López considerou a invasão ao Uruguai um atentado ao equilíbrio dos países que mantinham suas fronteiras na região platina”. (SILVA, 2018, p. 108). Naquele contexto, o Paraguai dependia economicamente do Porto de Montevideú. Apesar disso, a análise histórica é sempre aberta à interpretação e exame crítico. Nota-se, no trecho do diário do francês Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, Príncipe consorte de Isabel, filha do Imperador Pedro II, a narrativa legitimadora da cólera do Brasil “odiosamente agredido” pelo Paraguai.

De forma irônica, assim como Atena esteve ao lado de Aquiles contra Troia, possivelmente, o Deus romano esteve ao lado do Império Católico do Brasil na Guerra contra o Paraguai. Ironia a parte, a provocação apenas salienta o cuidado que deve se ter ao analisar a relação entre narrativa e historicidade.

Desde que estallaron las hostilidades, la diplomacia brasileña y la prensa nortea que le era adicta, dieron em presentar la guerra del Paraguay como una guerra de liberación. Se consideraba al Paraguay bajo las garras de una tiranía y se hablaba de la repetición de la campaña de Caseros em que los ejércitos del Imperio, aliados com Argentinos y orientales, libraron a la República Argentina del despotismo de Juan Manoel de Rosas. Un grupo de emigrados paraguayos, residentes em Buenos Aires, sin parar mientes em que mal podía hablar el Brasil de liberar a otros pueblos cuando mantenía em esclavitud cerca de dos millones de personas em su propio , resolvió organizar una Legión que cooperaría militarmente com el Brasil em su lucha armada bajo el supuesto de que la guerra no era contra la nación paraguaya sino contra su gobernante. (CARDOZO, 2010, p.53).

Do mesmo modo, observa-se na inserção II, a narrativa presente no texto de Efraím Cardozo, ao contrário da primeira, a crítica sobrevém de outro contexto histórico, o Paraguai das décadas de 1960 e 1970. Período conturbado em que o país esteve imerso na mais longa ditadura militar da América Latina. Alfredo Stroessner permaneceu pouco menos de trinta e cinco anos no poder (1954 – 1989). De acordo com Silva:

Entre os anos de 1964 e 1970 as crônicas do jornalista paraguaio Efraím Cardozo destacaram-se nas páginas do jornal La Tribuna, em Assunção. Durante cinco anos elas tematizaram o cotidiano da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai. Uma crônica é uma narrativa histórica que pressupõe a História. Compreender, portanto, o papel político-econômico exercido pelo Paraguai na região do Prata e os desafios internos enfrentados no período das publicações de Cardozo auxilia a compreensão da representação da obra e sua intencionalidade simbólica. Mais uma vez o historiador depara-se com o particular, o discurso, o insólito. (SILVA, 2018, p. 110).

Jacques Le Goff mostrou-se preocupado em esclarecer a terminologia da História e o papel da narrativa no primeiro capítulo de sua obra “História e Memória”. Conforme o autor, a palavra história deriva do grego antigo *historie* que nos textos de Heródoto (Séc. V. a.C) expunha como significado procurar, investigar e ver. (LE GOFF, 1990). Apesar disso, Le Goff acrescentou três conceitos diferentes, derivados das línguas românicas. Em meio às considerações do autor, o sentido de narração. Sendo assim, “Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade

histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula.” (LE GOFF, 1990, p. 18).

Muitos são os debates relacionados ao que vem a ser a história. Apontar que a história é uma narrativa estabelecida simplesmente a partir da realidade de um único grupo social pode ser considerado impróprio nas discussões contemporâneas. Deve-se evitar a produção de uma história factual ou apenas a narração de acontecimentos sem os devidos cuidados metodológicos ou de uma interpretação adequada. O historiador, esta sempre em busca de chegar o mais próximo possível do que conhece por “verdade histórica”, portanto, para alcançar a tão procurada veracidade, necessita de conhecimento efetivo sobre a ciência histórica. Apesar disso, é importante ressaltar, que o historiador deve ter um cuidado de não se deixar contaminar pelos conceitos pré-estabelecidos antes mesmo de conhecer seu objeto de estudo.

Já há algum tempo, discute-se sobre a verdade histórica e o conceito que esta carrega, sem deixar de lado as partes consideradas importantes para o que se tem como verdade histórica dentro da narrativa: o tempo e o sujeito histórico. “Se por um lado, o historiador pode usar a sua imaginação e ousar na sua narrativa devido as restrições do tempo e do espaço, por outro lado, o seu texto deve ser inteligível, convincente e confiável na medida em que precisa responder sobre como as pessoas viviam no passado.” (ASSIS; CRUZ, 2010, p. 112).

Se isto que está sendo posto acima pode contribuir para busca e aprimoramento da cientificidade histórica que o historiador busca em sua narrativa, pode-se depositar nesta discussão, o conceito de anacronismo, este não sendo um método confiável dentro da narrativa, pois consiste em aplicar os conceitos atuais para explicar acontecimentos passados. “A metáfora espacial remete a uma “desconstrução” do tempo por meio do espaço, na medida em que a sucessão temporal é suprimida graças a um ponto de vista exterior a o fluxo do tempo” (ANKERSMIT, 2006, p. 97). Esta desconstrução do tempo acontece quando o historiador remete-se do tempo presente à prática de interpretar o passado, rompendo, assim, com todos os espaços temporais e produzindo uma historiografia de seu próprio tempo.

Mas, se o historiador pensa a história a partir do tempo presente, o mesmo não está excluído de influências deste tempo, desta maneira, de acordo com Franco Junior, conclui-se que a história sempre será um exercício de anacronia, já que, parte do presente para interpretar sujeitos do passado (JUNIOR, 2009).

De tal modo, levando em conta a importância da historicidade e das fontes o historiador construirá sua própria narrativa com base na interpretação dos acontecimentos e acumulação de experiências, estabelecendo, assim, outras versões historiográficas sobre os fatos.

Percebe-se desta maneira, a importância de conhecer-se o fato histórico e a necessidade de utilizar o método histórico para produzir narrativas, sendo que, o método consiste na tríade que é a crítica heurística e hermenêutica para a interpretação dos acontecimentos. Assim, pode-se perceber, a diferença entre uma narrativa histórica de um enredo envolto por um fato histórico. “Desta maneira, um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem forma e o significado de um épico ou uma estória trágica, e um outro pode representar mesmo grupo com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual. (WHAIT, 1993).

O autor pressupõem que a narrativa pode ser histórica ou não dependendo de que ou de quem o autor está falando, e incluindo como ele está falando, e se nesta narrativa o mesmo utiliza de fatos históricos ou não. Assim, os relatos narrativos nem sempre contém o factual em seu enredo, apenas uma retórica fantasiada ou poética como o autor esclarece Whait: “Obviamente, considerados relatos de eventos já estabelecidos como fatos, ‘narrativas que competem’ podem ser entendidas, criticadas e classificadas como base, em sua finalidade ao resgate factual, sua compreensibilidade e a coerência de quaisquer argumentos que elas possam conter.” (WHAIT, 1993). Em sua narrativa, o historiador, utiliza fatos e métodos históricos para extrair o máximo de plausibilidade e verdade histórica.

Ankersmit apresenta uma questão relevante para se pensar a verdade histórica como um ponto de equilíbrio entre a hermenêutica e o fato histórico. Segundo o autor:

A metáfora “*a-b*” nos leva a questionar o que podemos afirmar sobre *a* em relação *a-b*. se tomamos *a* por “*realidade*” e *b* por “*linguagem*”, então se torna claro que questões epistemológicas (em que medida a linguagem nos permite falar sobre a realidade?) são fundamentalmente metafóricas. O segredo da epistemologia como da metáfora, reside em sua pretensão de renunciar momentaneamente à inclusão de nos apegarmos seja a linguagem seja a realidade – uma inclusão que Hume sistematizou por meio de sua classificação de “*all objects of humans reason*” (analíticas) e “*matters of fact*” (sintéticos) - , de forma a incorporar uma perspectiva a partir da qual a relação entre ambas se tornaria controlável. (ANKERSMIT, 2006, p. 96).

Percebe-se que este controle é fundamental dentro da narrativa, uma vez que o historiador não pode isentar-se de seus acúmulos históricos, logo, estaria apenas

transcrevendo fontes. Estaria o historiador exercendo apenas um trabalho positivista de descrição/narração dos fatos e estaria excluindo e depreciando o seu próprio posicionamento como historiador. Apesar disso, o historiador não pode se deixar levar pela utopia de um enredo envolta de um fato, exaurindo da história o rigor e a plausibilidade do método científico.

Uma realidade histórica é o ponto de arranque para uma narrativa histórica, no entanto, a própria narrativa reconfigura-se quando ajustada a diferente contexto histórico. Além das inserções anteriores sobre a Guerra do Paraguai, toma-se como exemplo deste pensamento, a historiografia sobre o referido conflito produzida no Brasil.

De tal modo, a historiografia tradicional caracterizou-se por legitimar as deliberações imperialistas do Brasil e seus aliados na região platina em benefício da civilização e em aversão ao governo ditatorial de Solano López. Observa-se a relação entre a realidade histórica e a narrativa produzida pela historiografia. Mesmo o Brasil “civilizado” sustentava o escravismo, mantinha um regime monárquico e, ainda assim, buscava libertar o Paraguai. Inversamente a historiografia tradicional, a revisionista organizada no final da década de 1960, estabeleceu que o Império Britânico fosse o grande responsável pela guerra contra o Paraguai. Na guerra das narrativas, López vislumbrava seu país livre das influências imperialistas e o Império Britânico temia que o Paraguai tornara-se um exemplo de modelo político-econômico para a República Argentina, República Oriental do Uruguai e Império do Brasil. Conforme Doratioto:

Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. Para alguns, tratava-se de mostrar a possibilidade de construir na América Latina um modelo de desenvolvimento econômico não dependente, apontando como um precedente o Estado paraguaio dos López. Acabaram, por negar essa possibilidade, na medida em que apresentaram a potência central - a Grã-Bretanha - como onipotente, capaz de impor e dispor de países periféricos, de modo a destruir qualquer tentativa de não-dependência. Como resultado, o leitor desavisado, ou os estudantes que aprenderam por essa cartilha, podem ter concluído que a história de nosso continente não se faz ou não se pode fazer aqui, pois os países centrais tudo decidem inapelavelmente. Os latino-americanos, nessa perspectiva, deixam de ser o sujeito de sua própria história, ou, de outro modo, veem negado seu potencial de serem tais sujeitos. A visão maniqueísta e mistificadora de Solano López também interessava ao oficialismo paraguaio sob a ditadura de Stroessner. Solano López na condição de vítima de uma conspiração internacional, que proferiu morrer a ceder às pressões externas, conferiu um caráter épico para as origens do “coloradismo”. (DORATIOTO, 2002, p. 87-88).

Presentemente a historiografia continua elencando e discutindo uma série de problemas relacionados à guerra de 1864-1870. Desse modo, entendem-se como causas principais do conflito os processos político-econômicos atrelados à formação dos países platinos, a navegação da região do Prata, o estabelecimento dos limites e a intervenção política das elites regionais no período em apreciação. “A questão importante é que toda história, mesmo a mais ‘sincrônica’ ou ‘estrutural’, há de ser posta em enredo de alguma maneira”. (WHITE, 1992, p. 23). Bem como explanado anteriormente, precisa de uma arquitetura.

A conjectura presente na história, averiguada pelos historiadores, talvez componha os aspectos que a diferencie da narrativa literária. Apesar disso, qualquer narrativa seja ela literária ou histórica pode influenciar ou interferir no pensamento dos agentes históricos. “A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas”. (RICOEUR apud LE GOFF, 1990, p. 21).

É importante elucidar que a conjectura significa o efeito de inferir ou buscar entender a partir de evidências. Não obstante, a principal característica da ciência histórica não está no seu distanciamento da literatura e sim em sua proximidade. Como foi visto ao levantarem-se as interpretações sobre a obra de Homero, a *Ilíada*, esta proximidade é o que permite a história sua autoridade enquanto ciência e sua diferenciação com as demais, e aos historiadores o estabelecimento de uma identidade. Sendo assim, segundo Rancière:

A genialidade particular de Lucien Febvre foi ter compreendido intuitivamente o seguinte: a história somente poderia fazer uma revolução que fosse sua jogando com a ambivalência de seu nome, recusando na prática da língua a oposição entre ciência e literatura. Não era simplesmente o fato de poder conciliar os rigores de uma com os encantos de outra. Era, bem mais profundamente, o fato que apenas a língua das histórias era capaz de marcar a cientificidade própria da ciência histórica: uma questão não retórica, conciliando a jovem ciência com os preconceitos dos velhos mestres e as regras da instituição, mas de poética, constituindo em língua de verdade a língua tão verdadeira quanto falsa das histórias. (RANCIÈRE, 2014, p. 10-11).

Para pontuar essa reflexão sobre narrativa e historicidade, destaca-se a importância da narrativa no ato de emergir a historicidade como um submarino que vem à tona das profundezas do oceano. Conforme Rancière, “o inconsciente é apenas a falta desse saber da vida própria do ser vivo tomado pela palavra. E a morte é apenas outro nome desse não saber”. (RANCIÈRE, 2014, p. 95). Assim, cabe ao historiador a partir

da sua investigação e interpretação das fontes a produção de uma narrativa crítica e libertadora com o escopo de provocação ao pensamento e a tomada de consciência histórica dos indivíduos.

PALAVRAS FINAIS:

A narrativa histórica é uma meio que possibilita ao historiador ser o interlocutor dos fatos. Esta narrativa tem de conter, na maior parte do tempo, uma verdade, extraída através da memória do historiador e dos sujeitos que estão inseridos dentro da narrativa. Além disso, é no tempo presente que o historiador realiza a interpretação do passado.

É quando ele passa que medimos o tempo: não o futuro que não é, não o passado que não é mais, nem o presente que não tem extensão, mas “os tempos que passam”. É na própria passagem, no trânsito que é preciso buscar ao mesmo tempo a *multiplicidade* do presente e seu *dilaceramento*. (RICOEUR, 1997, p.35)

A divisão do tempo só é possível na memória de quem escreve, sendo então, o tempo variável, as datas são mutáveis e o tempo não existe. O que existe, são mecanismos que o indivíduo juntamente com a interlocução de sua memória inventou para a fixação dos fatos e progressão dos acontecimentos. “O empírico espera e recorda-se, e, contudo a espera e a memória estão ‘na’ alma, a título de imagens – impressões e imagens signos. O contraste encontra-se no presente.” (RICOEUR, 1997, p.38-39). É através do presente que se faz a interpretação do passado, distinguindo datas e tempos que estão na “alma”, ou seja, na memória do historiador.

“É, pois na alma, a título de impressão que a espera e a memória têm extensão, mas a impressão só está na alma enquanto o espírito age, isto é, espera está atento e recorda-se.” (RICOEUR, 1997, p.39). Portanto, o que significa o tempo se não houver a memória?

Levando em conta que o tempo é, ou está, na memória do historiador, este tempo é infinito, instável, desta maneira o historiador pensa e escreve sua narrativa, em uma eternidade, pois a memória não está presa em apenas um tempo, porém, transitando entre os vários espaços de datas e tempos, tornando-se, assim, uma memória eterna em um tempo móvel, promovendo em sua narrativa a eternidade histórica.

Assim também é a data para a visão retrospectiva do narrador. Os fatos se passaram uns depois dos outros. Para conta-los, isto é, enumera-los. Contar é narrar e contar é enumerar, contar o que aconteceu exige que se digam o ano

o mês, o dia, a hora em que o fato se deu. O ato de narrar paga tributo ao deus Chronos. (BOSI, 1992, p.20)

Assim, pode-se ter a certeza do tempo depois que ele passou, pois o historiador busca em suas narrativas aprimorar a constatação da verdade histórica a partir de um marco inicial. Fazendo, com que, a narrativa não se perca na infinidade do tempo.

Se o tempo para o historiador é a memória, escrever uma narrativa histórica requer uma organização da eternidade dos tempos que infinda sua memória e coloca em ordem cronológica a sua história. Conforme Ricoeur, o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo. A narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal. (RICOEUR, 1997). De tal modo, o tempo é a “medida de equilíbrio” do historiador na apreciação crítica da ciência histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Frank R. **Historicismo, pós modernismo e Historiografia**(p.95 - 114); a história escrita: teoria e história da historiografia/ organizador. jurandir malerba .- São Paulo: contexto 2006.

WHITE, Hayden, **Enredo e Verdade na Escrita Histórica (p.191-210)** a história escrita: teoria e história da historiografia/ organizador. jurandir malerba .- São Paulo: contexto 2006.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Apresentação.in: FEBVRE, Lucien. **O problema da Incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo Companhia das letras, 2009.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. Org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006.

Diário do Conde D’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WHITE, Hayden. **Meta – História: A imaginação histórica do século XIX**. – São Paulo, 1992.

SILVA, Jeremyas Machado Silva. **Aportes teóricos sobre o conceito de região**. P. 101-116. In: Airton Adelar Mueller, Fabrício Antônio Antunes Soares. *Modernidade sem fronteiras: desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas*. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ : EDIUNESC, 2018. 296 p.

RANCIÈRE, Jacques, 1940 – **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. – 5. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013. – (Repensando a História).

HOMERO. **Ilíada / Homero**; tradução e introdução Carlos Alberto Antunes. – [25. ed.] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CARDOZO, Efraim. **Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864 – 1870**. El Lector, Asunción, 2010.

Le Goff, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

RICOEUR, Paul, 1913. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas – SP, 1994.

_____ **Tempo e narrativa**. Tomo II. Campinas – SP, 1995.

_____ **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas – SP, 1997.